

Átila Bezerra Tolentino 

Doutor em Sociologia – UFPB e Instituto Brasileiro de Museus
 atilabt@gmail.com

MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS: HISTÓRIA, LUTAS, DISPUTAS E APROPRIAÇÕES

Resumo

O presente ensaio descreve e analisa a conformação, as disputas e apropriações do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, localizado na comunidade tradicional de Barra de Antas, na zona rural de Sapé, na Paraíba. O Memorial, atualmente instalado na casa onde viveram os líderes camponeses João Pedro e Elizabeth Teixeira, é marcado por uma memória incômoda ao latifundiário hegemônico, ao mesmo tempo que representa as insurgências dos camponeses e camponesas que lutaram e lutam pelo direito de acesso à terra, pela reforma agrária e por justiça social. Tensiona também até que ponto o Memorial se configura como um “museu casa”, em que se analisam os seus aspectos materiais representativos de uma “casa patronal”, embora, de forma simbólica, é reconhecido como um lugar de memória do camponês subalternizado e insurgente. Por fim, as reflexões sinalizam como a atuação do memorial, a partir das pessoas que o conformam, compõem uma utopia emancipatória (Vêrges, 2023) que tem a reforma agrária como finalidade e a constituição de uma “memória-luta” como estratégia de politização da memória coletiva dos povos campesinos.

Palavras-chave: Museus; memória; museologia social; campesinato; reforma agrária.

MEMORIAL OF THE PEASANT LEAGUES AND STRUGGLES: HISTORY, STRUGGLES, DISPUTES AND APPROPRIATIONS

Abstract

This essay describes and analyzes the formation, disputes and appropriations of the Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, located in the traditional community of Barra de Antas, in the rural area of Sapé, in Paraíba, Brazil. The Memorial, currently installed in the house where peasant leaders João Pedro and Elizabeth Teixeira lived, is marked by an uncomfortable memory for the hegemonic landowner, at the same time it represents the insurgencies of subalternized peasant peoples who fought and are fighting for the right of access to land, for agrarian reform and social justice. It also stresses the extent to which the Memorial is configured as a “house museum”, in which its material aspects representing an “employer’s house” are analyzed, but which, in a symbolic way, is recognized as a place of memory of the subjugated peasant. Finally, the reflections indicate how the performance of the memorial, based on the people who form it, compose an emancipatory utopia (Vêrges, 2023) that has agrarian reform as its purpose and the constitution of a “memory-struggle” as a politicization strategy of the collective memory of peasant peoples.

Keywords: Museums; memory; social museology; peasantry; agrarian reform.

BREVE HISTÓRICO: DISPUTAS E CONFORMAÇÃO DO MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS



Figura 1. Matéria publicada no Jornal Pastoral da Terra sobre a inauguração do MLLC na sede atual em 2012. Abr-jun/2012. Foto do autor a partir do acervo do MLLC, 2023.

A matéria acima, publicada no jornal da Pastoral da Terra, chama a atenção ao destacar a homenagem à memória “perigosa” a João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas do município de Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962 com tiros de fuzil, numa emboscada organizada por usineiros e grandes latifundiários da região da Várzea paraibana. A notícia se refere à inauguração do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas – MLLC, localizado na comunidade tradicional Barra de Antas, na zona rural de Sapé, sediado na casa onde viveram João Pedro, sua esposa Elizabeth Teixeira e seus onze filhos antes da morte do líder camponês.

Com esse destaque, a matéria nos alerta para os mecanismos, usos, acepções e poderes que a memória pode ter e como ela tem sido agenciada por diferentes atores sociais não só para a afirmação de identidades culturais, mas também nos processos constitutivos de narrativas que articulam suas lutas coletivas. A memória, taxada de perigosa no título da matéria, denuncia o quanto ela pode incomodar. Mas se incomoda, por que tal memória é trazida à tona? E a quem ou a que grupos sociais ela incomoda, chegando a ser taxada de perigosa? Que perigo e que poder é esse que a memória tem para incomodar? Se incomoda tanto assim, por que a “memória de João Pedro” é digna de estar materializada num museu ou memorial?

De antemão, é necessário ressaltar que as Ligas Camponesas se constituem como um dos movimentos sociais mais representativos do século XX no Brasil,

por sua força, persistência e pelos embates travados na luta pela reforma agrária e direto à terra para camponeses e camponesas, na contramão de uma agricultura predatória centrada no poder de uma elite latifundiária monocultora. São também um movimento nacionalmente conhecido em função da sua forma de organização expressa na resistência desses camponeses e camponesas, cujas trajetórias de vida são marcadas por um sistema de exploração, perseguição e estigmatização, mas que se sobressaem como protagonistas de um denso legado de luta por cidadania, pelos direitos sociais básicos e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (Morais, 2006).

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas - MLLC foi criado oficialmente no ano de 2006, mas já vinha sendo germinado em anos anteriores por movimentos e grupos sociais ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, camponeses de assentamentos e de comunidades da região, entre outros. Em sua gênese, foi criado como o Memorial João Pedro Teixeira – MJPT, posteriormente mudou de nome para Memorial das Ligas Camponesas - MLC e, finalmente, identifica-se como Memorial das Ligas e Lutas Camponesas – MLLC (figura 2).



Figura 2. Sede do Memorial das Ligase Lutas Camponesas.
Foto do autor, 2025.

Para compreender o MLLC hoje é preciso fazer referência a um dos preceitos da Sociomuseologia, ou seja, é necessário concebê-lo como um processo, na

acepção como nos ensina a museóloga Maria Celia Santos (2008), para quem os museus não são um produto pronto, mas historicamente condicionados pelas pessoas que o constroem e reconstroem a todo momento, na constante disputa em torno da conformação das memórias coletivas. Nessa construção, reconstrução, releitura, ressignificações e reapropriações, os museus e as memórias nele constitutivas estão em constante disputa. O MLLC retratado na matéria, portanto, não é o mesmo de hoje, e nem é o mesmo de quando ainda se chamava Memorial João Pedro Teixeira. Ou seja, a instituição nasce com a finalidade de preservar a memória do principal líder camponês da região de Barra de Antas, mas, no seu processo de atuação, compreendeu-se que o movimento social das Ligas Camponesas não podia ser personalizado em um único ator. Por último, o acréscimo da palavra “Lutas” ao nome do Memorial procurou abarcar as lutas contemporâneas dos povos dos campos e as ressignificações que são dadas, na atualidade, ao movimento social.

A história de vida de João Pedro e Elizabeth Teixeira é marcada por tragédias, mas que não abalaram suas resistências ao regime de opressão aos povos do campo. Mesmo após o assassinato do marido, Elizabeth seguiu firme e com ainda mais protagonismo na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, chegando a ser presa, perseguida e entrou na lista das mais procuradas durante o regime da ditadura civil-militar no Brasil, instaurada em 1964. Ela fugiu, levando apenas um dos seus onze filhos, e viveu clandestinamente no interior do Rio Grande do Norte durante 17 anos, assumindo o nome falso de Marta Maria da Costa. A história desses líderes camponeses foi documentada no emblemático filme *Cabra Marcado pra Morrer* (1984), do cineasta Eduardo Coutinho. O cineasta começou a documentar a história de João Pedro Teixeira no início de 1964, mas as filmagens foram interrompidas por conta da perseguição da ditadura civil-militar. Somente 17 anos depois, em 1981, quando Coutinho encontra Elizabeth Teixeira em seu exílio, ele retoma o projeto e conclui o documentário, adaptando o seu roteiro. O documentário de Coutinho foi extremamente importante para potencializar a voz de Elizabeth Teixeira e a memória do movimento das Ligas Camponesas, reprimidas pela ditadura. Hoje, Elizabeth Teixeira, conhecida como a “mulher marcada para viver”, irá completar 100 anos de vida em fevereiro de 2025 e mora com uma de suas filhas na capital paraibana.

Para a implantação do MLLC na casa onde viveram João Pedro e Elizabeth Teixeira, houve o apoio do governo do Estado da Paraíba, na gestão do

governador Ricardo Coutinho, à época vinculado ao Partido Socialista Brasileiro – PSB. O apoio destinou-se à implantação da infraestrutura básica no imóvel e confecção de painéis para a exposição de longa duração. A pesquisa coube a uma rede de pesquisadores de universidades públicas locais e vinculados a movimentos sociais relacionados à luta camponesa. Foi também no governo de Ricardo Coutinho quando houve a desapropriação e o tombamento da sede do Memorial e da propriedade rural que compreende 4,83 hectares no seu entorno, após ações e movimentações dos atores e grupos sociais locais envolvidos na criação do memorial e no desejo de preservar a memória do movimento das Ligas Camponesas na região.

Portanto, além da casa em si, onde está a exposição de longa duração, cuja narrativa se baseia sobretudo em imagens e notícias de jornais sobre as Ligas Camponesas, e onde são realizadas exposições temporárias, o MLLC conta com uma área de 4,83 hectares em seu entorno, em que parte está a serviço de famílias sem terra da comunidade tradicional de Barra de Antas para a produção de roçados coletivos. Esse espaço de organização coletiva e de produção de alimentos agroecológicos ainda dispõe de várias tecnologias sociais de baixo custo.

É importante destacar que Barra de Antas, a comunidade onde está localizado o museu e onde viveram João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e outros líderes camponeses na luta pela terra, é sempre descrita como “tradicional”. É uma forma que os agentes locais utilizam para politizar o termo, eis que às comunidades tradicionais são resguardados direitos legais nas suas lutas pelo território. Essa estratégia tem sido tomada sobretudo a partir do Parecer Técnico nº 04/2017, elaborado pelo antropólogo Ivan Soares Farias, do Ministério Público Federal na Paraíba, que reconhece a tradicionalidade da comunidade de Barra das Antas, com vistas a tutelar direitos junto ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A pesquisadora Janicleide Alves (2014), em sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, apresenta um acurado histórico sobre a constituição e conformação do MLLC. Ela explica que dois acontecimentos foram fundamentais para a sua criação: o Seminário Memória Camponesa, realizado em abril de 2006, com a participação de líderes camponeses ainda vivos e de familiares dos mártires homenageados no evento; e o lançamento do livro Memórias do povo: João

Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – deixemos o povo falar..., organizado pela líder religiosa Antonia Maria Van Ham, conhecida como Irmã Tony (Van Ham, 2006), uma grande articuladora das lutas dos povos do campo. Nesse livro, com a intenção de “resgatar” a memória de João Pedro Teixeira e de sua luta, a Irmã Tony publica a íntegra de entrevistas com agricultores e agricultoras que participaram e sobreviveram ao período das Ligas Camponesas.

O livro “Memórias do Povo...”, publicado em 2006, é, na verdade, uma ampliação do livro “João Pedro Teixeira: Vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores”, de 2002. Na publicação mais recente, as entrevistas com os camponeses e camponesas são transcritas na íntegra e dispostas de acordo com o tema tratado, articuladas e interconectadas por diferentes vozes e memórias. Na apresentação do livro, os organizadores ressaltam que não buscam definir a verdade, como intencionam e tentam impor os vencedores. Anteveem, portanto, os perigos da “história única”, como denuncia Chimamanda N. Adiche (2018), e atuam na perspectiva da história vista pelos de baixo e da arraia miúda, na acepção do historiador E. P. Thompson (2001), expondo

as verdades acreditadas por aquelas e aqueles que os supostos vencedores acharam ter silenciado, e que a própria sociedade acabou um pouco esquecendo, ou nunca teve como conhecer. “Verdades” que questionam e resistem, assim, irônica e mansamente, à própria ideia de que na História haja, em absoluto, alguém vencedor (Van Han et al, 2006, p. 16).

No parecer que analisa o pedido de tombamento, o antropólogo Carlos Alberto Azevedo, conselheiro designado para analisar o caso, chama a atenção para a importância desse “lugar de memória política de um povo que lutou pelo pedaço de terra que tinha direito”. E, apesar de reconhecer que a “modesta casinha rural” de João Pedro Teixeira detinha “pouco valor arquitetônico”, questiona, em sua argumentação, o porquê de as minorias, historicamente, terem sido preteridas nos processos de patrimonialização da memória estadual ou nacional:

O povo, Senhores Conselheiros, não pode ter também direito de registrar (tombar) seus feitos heroicos, suas lutas contra a burguesia agroindustrial do Vale da Paraíba? ... Uma pergunta incômoda para alguns: por que não se tomba a nível estadual e federal o patrimônio das minorias: ciganos,

quilombolas, camponeses notórios, operários revolucionários, que lutaram por um Brasil melhor? Quanto ao nosso patrimônio, com bela arquitetura já faz parte dos fatos urbanos das cidades – falta ser representada a memória coletiva (expressão de Aldo Rossi).

Mas os tempos mudaram: é tempo de inclusão em todos os sentidos – inclusão cultural, social, histórica-, queremos um Brasil diversificado como ele o é. Queremos um Brasil híbrido, aberto para o mundo – sem preconceitos (Carlos Alberto Azevedo – Parecer de 18/03/2013, no Processo Iphaep/PB nº 0435/2010).

A resposta à “pergunta incômoda” do Conselheiro do Iphaep está diretamente relacionada às matrizes de poder coloniais e à gênese colonialista dos processos de patrimonialização no Brasil, que, por muito tempo, inibiu ou nunca reconheceu a importância das referências culturais das minorias, dos trabalhadores e de outros grupos sociais subalternizados na constituição da memória nacional. Ao privilegiar determinados grupos sociais hegemônicos, que detêm o poder político e econômico, a constituição de uma memória nacional colonialmente enviesada contribui para a manutenção das desigualdades sociais e os sistemas de opressão inerentes à sociedade moderna eurocentrada, patriarcal e heteronormativa.

Relembrando Lilia Schwarcz (2019), ela enfatiza, em suas reflexões sobre a formação do Brasil, que a nossa nação foi formada a partir da linguagem da escravidão, pilar da desigualdade estrutural em nosso país. Os marcadores de diferenças presentes nas desigualdades sociais brasileiras, que maculam nosso projeto de cidadania, também fazem parte do cenário da invenção de uma história do Brasil e da nossa memória nacional.

Mas o fato é que a “memória perigosa” de João Pedro Teixeira se materializou no MLLC reconhecido como patrimônio cultural do Estado da Paraíba. Trata-se de um museu com poucos objetos expostos, mas com uma história ampla e diversificada, potencializada pela oralidade nos trabalhos de memória social desenvolvidos outrora pela Irmã Tonny e atualmente também implementados, em um outro contexto e com os novos atores que reinventam o Memorial. O fato de haver pouco objetos expostos é um dos resultados das perseguições e tentativas de apagamento de memórias sofridas por camponeses e camponesas que se insurgiram na luta pelo direito de acesso à terra e por não quererem viver no cativeiro ou nas “botas do latifúndio”. São tentativas de

silenciamento da memória que não apagaram as feridas das violências sofridas. Pelo contrário, os silenciamentos impostos beneficiam mais os opressores, que se apropriam das narrativas consagradas na história oficial.

Nessa esteira, são recorrentes as histórias de casas saqueadas, destruídas ou mesmo incendiadas, sobretudo durante a ditadura civil-militar de 1964, na ânsia pela busca de provas de material subversivo. Ou mesmo o desfazimento de objetos pelos próprios camponeses por conta do medo de serem descobertos pelas forças repressoras, o que evidencia a dificuldade de se encontrar hoje, por exemplo, carteiras de filiação de trabalhadores rurais às Ligas Camponesas.

Em termos de acervo tridimensional, no Memorial constam apenas uma carteirinha de filiado às Ligas Camponesas e um microfone que é atribuído como tendo pertencido a João Pedro Teixeira. Ao longo dos anos, diversas pesquisas sobre a atuação das Ligas Camponesas na Paraíba feitas por inúmeros acadêmicos e também pelas pessoas que compuseram e compõem a equipe do Memorial têm contribuído para alimentar seu acervo, ampliando sobretudo imagens audiovisuais, fotografias, documentos históricos e exemplares de notícias veiculadas em diferentes jornais. Essa dificuldade em se conseguir objetos tridimensionais que representem a memória das Ligas Camponesas em Sapé reforça ainda mais a importância da própria casa em si como um elemento material da memória das lutas camponesas no país. Ou seja, a própria casa constitui-se como um acervo e como um lugar de memória que precisa ser conservado e preservado, pois representa a força dessa memória incômoda de minorias insurgentes, de camponeses e camponesas da arraia miúda que não quiseram mais se submeter a um sistema de exploração do trabalhador e da terra, que perpetua injustiças sociais marcantes nas nossas “feridas coloniais” (Mignolo, 2007).

Por sua importância material e simbólica, também cabe perguntar como a casa onde viveu a família Teixeira é apropriada pelos diferentes atores que conformaram o Memorial? Quais são as disputas em torno desse espaço para referenciar a memória e as lutas de camponeses e camponesas, tanto de outrora como da atualidade? Essas e outras inquietações serão o mote para reflexões acerca de como os fios de relações, os diferentes afetamentos e apropriações são agenciados na conformação do Memorial.

MEMÓRIAS, USOS E APROPRIAÇÕES DA CASA (MUSEU) DA FAMÍLIA TEIXEIRA

Estava dividida, mais triste do que alegre. Quando chegamos a Sapé, o meu irmão estava a nossa espera para nos levar ao sítio. A casa era bonita, confortável e estava muito bem pintada. Eram três salas, quatro quartos, uma cozinha bem grande, um banheiro e um alpendre que circulava toda a casa. Encontrei tudo muito limpo, até os tonéis estavam cheios de água. Tudo arrumado. O sítio era ótimo! (Memórias de Elizabeth Teixeira, descritas em Rocha, 2016, p. 61).

No livro de Ayala Rocha (2016), que conta a saga da vida de Elizabeth Teixeira a partir das memórias da líder camponesa, encontramos poucas referências diretas à casa onde viveu com sua família e onde hoje está instalada a sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Geralmente as referências a esse espaço são relacionadas às invasões sofridas por parte da polícia e das forças repressivas da ditadura militar, buscando provas de subversão ou destruindo materiais e objetos ligados às Ligas Camponesas e a seus afiliados.

A passagem acima é a única em que Elizabeth descreve, com certos detalhes, a sua casa onde viveu na comunidade tradicional de Barra de Antas (então chamada sítio Antas do Sono). A mudança para essa casa se deu após a vivência da família, por algum tempo, em Recife, onde João Pedro foi trabalhar em pedreiras da região. A ida da família Teixeira para Recife se deu por conta das divergências que João Pedro começou a ter com seu tio, que o criou e em cujas terras vivia quando casou-se com Elizabeth Teixeira. As divergências se intensificaram em função dos tratamentos abusivos e violentos que o tio de João Pedro desferia contra os trabalhadores do seu sítio, práticas contestadas pelo líder camponês desde sua juventude. Mas o grande desafeto de João Pedro era, na verdade, o seu sogro Manuel Justino, agricultor de médio porte da região da Várzea paraibana, que não queria que sua filha se casasse com um subversivo, pobre e, sobretudo, preto.

Nas pedreiras de Recife, João Pedro também se indignou com as condições degradantes dos trabalhadores e com o não cumprimento dos direitos trabalhistas por parte dos empregadores. Lá começou um trabalho de base e de conscientização dos seus companheiros e conseguiu fundar o Sindicato dos Trabalhadores das Pedreiras. Para ele, isso foi uma grande vitória, mas também foi o fato que o deixou marcado como agitador e comunista entre os

empresários da região. A sua luta pelos direitos dos operários das pedreiras fez com que não conseguisse mais trabalho e que a família passasse a viver com dificuldades e penúrias em Recife (Rocha, 2016).

Foi nessa situação que o irmão mais velho de Elizabeth Teixeira os encontrou em Recife, convidando-a para retornar em Sapé, para morar na casa do sítio Antas do Sono (hoje Barra de Antas), uma propriedade então recentemente adquirida pelo pai de Elizabeth. Este consentiu que a filha morasse lá porque a casa era distante da sua e, portanto, não teria que conviver com o genro desafeto: “Bem, pra ficar dentro da minha casa jamais, para ficar perto de mim nunca! Pra ficar pra lá... está vazia mesmo... ela pode! Diga que venham” (Rocha, 2016, p. 59).

Segundo alguns registros, o sítio Antas do Sono teria sido comprado por Manoel Justino da viúva do padrinho de Elizabeth. Nas memórias de Elizabeth, nesse sítio, “além da terra para trabalhar, havia uma casa muito confortável para morar” (Rocha, 2016, p. 59). Em conversas que tive com moradores da região durante a pesquisa de campo, poucas pessoas sabiam da história da casa. Algumas só ficaram sabendo que ali era a casa de João Pedro depois do início das lutas pela desapropriação da Fazenda Antas e dos movimentos em prol da memória desse líder e das Ligas Camponesas, capitaneados pela Irmã Tonny, no final da década de 1990. Apenas D. Severina Gomes, uma senhora de 77 anos e cujo pai foi ativista nas Ligas Camponesas, me disse elementos sobre a história da casa, levando-nos à confirmação de que o pai de Elizabeth realmente comprou o sítio de sua madrinha, quando havia sido enviuvada:

Aquela casa, meu pai falava que quem morava era um homem chamado Júlio Gabiraba, antes de João Pedro. Aí ele faleceu e o pai de Elizabeth comprou à viúva, chamava ela de Milu, mas como é o nome eu não sei... Aí casou Elizabeth e veio com as crianças e botou pra morar lá. (Severina Gomes, comunidade Santo Antônio, conversa em 21/03/2023).

Encontramos referências a Júlio Gabiraba e a Milu (cujo nome é Emília Joaquina de Jesus) nas memórias de Elizabeth Teixeira descritas por Ayala Rocha. Elizabeth fala com carinho dos seus padrinhos, que a teriam batizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição: “O meu padrinho, o Farmacêutico Júlio Gabiraba, e a minha madrinha chamava-se Emília Joaquina de Jesus. Os dois sempre foram muito afetivos e me ajudaram quando precisei” (Rocha, 2016, p. 21).

O fato de o padrinho de Elizabeth ser farmacêutico é um elemento importante, pois certamente lhe concederia certa distinção. E esta distinção se transfigura na sua casa “bonita, confortável”, “muito bem pintada”, com “três salas, quatro quartos, uma cozinha bem grande, um banheiro e um alpendre que circulava toda a casa”. A planta da casa atualmente não corresponde exatamente à descrição de Elizabeth Teixeira, mas demonstra como ela realmente seria uma casa confortável para os padrões de famílias rurais subalternizadas, moradores de condição ou foreiros, que viviam em condições paupérrimas por conta da exploração a que eram submetidos, e até mesmo para os padrões atuais dos moradores da comunidade tradicional de Barra de Antas.

Um dos elementos de distinção simbólica e que representa o poder patronal nas residências em propriedades rurais, como bem demonstram os pesquisadores José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim (2007), é a existência dos alpendres, também conhecidos como varandas. Em seus estudos sobre usinas no Nordeste brasileiro, e mais especificamente em Pernambuco e na Paraíba, eles descrevem e analisam os rituais de seleção de trabalhadores, por parte do senhor de engenho, que se dá na varanda da casa patronal, como uma forma de exibição de poder e consagrando o paternalismo no modelo de relações sociais na grande plantação açucareira:

A Varanda é, assim, o lugar social onde o senhor de engenho recebe as demandas e oferece os serviços, distribui as reprimendas, concede as graças, consolida e simboliza a dívida do outro, muitas vezes com a ajuda de sua mulher (a senhora de engenho), ou se seus filhos, filhas ou outros familiares. (Lopes; Alvim, 2007, p. 93).

Desta forma, a varanda, como lugar social de demonstração de poder, entrelaça relações entre senhores e subordinados, perpetuando, ritualisticamente, processos de colonialidade (Mignolo, 2007) intrinsecamente ligados nas relações outrora existentes entre senhores e escravizados. No citado filme *Cabra marcado pra morrer*, do cineasta Eduardo Coutinho (1984), há uma cena representativa da varanda como lugar social do poder (imagem 3), que ilustra bem as análises feitas por Lopes e Alvim.



Figura 3. Frame do filme *Cabra Marcado pra morrer*, de Eduardo Coutinho (1984), minuto 38'40".

Nos minutos 38'04" a 40'38", em um diálogo construído pelos próprios atores, que eram camponeses recrutados pela equipe de filmagem, o administrador da fazenda, representante do senhor de engenho, discute com os camponeses o aumento do foro (renda da terra em forma de aluguel paga ao proprietário). O administrador está estrategicamente postado na varanda, em uma altura superior aos camponeses que lá foram reivindicar seus direitos, demonstrando a sua superioridade. O interessante nessa cena é que o administrador é também um camponês, mas socialmente distinto dos demais, e defende os interesses do proprietário da terra, com quem mantém relações de sociabilidade, subserviência e sujeição diferentes dos outros camponeses.

No caso do MLLC, ao instalar-se numa típica “casa grande” com varandas que a circunda, a lógica representativa do poder patronal é subvertida, mas, ao mesmo tempo, reforça que todo museu emana do poder (Chagas, 2009). A casa de João Pedro e Elizabeth Teixeira está no limiar entre uma “casa patronal” por sua aparência material, e um “lugar de memória” (Nora, 1993) do camponês subjugado, mas insurgente, por sua aura. Portanto, a casa “é corpo e é alma” (Bachelard, 2003). É concreto, é barro e é poesia. É arquitetura e é significado. É passado, é presente e é futuro. É ferida e é sutura. É histórica e é política. Por isso, ela é capaz de evocar “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989), na dialética entre a lembrança e o esquecimento e nas tentativas de apagamentos da memória de grupos sociais camponeses subalternizados.

Lopes e Alvim (2007) também ressaltam que a casa patronal complementa a paisagem, figurando “naturalmente” como centro do poder. Essa perspectiva também pode ser percebida ao observamos o conjunto paisagístico onde está a sede do Memorial. Para chegarmos até lá, entramos à direita, numa estrada de chão batido, após 4km na rodovia PB 073 (sentido João Pessoa-Sapé). O Memorial fica a aproximadamente 600m à esquerda nessa estrada de chão, logo após atravessarmos um trecho do rio Gurinhém. As residências das pessoas que moram na comunidade tradicional de Barra de Antas ficam um pouco mais à frente, aproximadamente uns 400m depois. Ou seja, para se chegar aonde as pessoas moram, necessariamente deve-se passar na frente do Memorial, que se incrusta na paisagem, isolado das residências dos outros moradores, com a casa e sua varanda (ou alpendre), hoje complementado pelo anexo (Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira), área onde funciona o roçado coletivo e um campo de futebol. É bem provável que no tempo em que o sítio foi comprado pelo pai de Elizabeth à viúva de Júlio Gabiraba, a casa matinha essa posição estratégica, afastada dos outros moradores de condição (foreiros) e marcando a sua distinção social. No filme de Eduardo Coutinho também podemos perceber como a casa se insere na paisagem (imagem 4), numa imagem captada provavelmente na década de 1980, quando as filmagens foram retomadas, após terem sido proibidas pelas forças repressoras da ditadura militar.



Figura 4. Frame do filme *Cabra Marcado pra morrer*, de Eduardo Coutinho (1984), minuto 47'25".

Nesse debate, não se pode desconsiderar o fato de que a família Teixeira passou a morar numa casa “bonita, confortável e muito bem pintada”, com um alpendre que a circulava por inteiro, provavelmente bem diferente das de seus

companheiros de luta, em função das condições sociais do pai de Elizabeth, latifundiário de porte médio e comerciante local, motivo pelo qual não queria que sua filha se juntasse a um camponês preto e pobre. Mas essa casa, que emana poder, serviu de base para as mobilizações de camponeses insurgentes que tiveram a “ousadia” de lutar por direito à terra para trabalhar e por melhores condições de vida. Nisso reside sua importância simbólica e política como um lugar de memória e como um museu casa representativo não do poder patronal, mas da arraia-miúda que luta por justiça social, na perspectiva defendida pelo poeta e museólogo Mário Chagas em sua reflexão sobre casas museus de heróis populares:

O exercício de uma nova imaginação museal também permitiria e estimularia a criação de novas casas museus, casas que encenassem novas dramaturgias, que valorizassem a dignidade social, o respeito às diferenças, o respeito aos direitos humanos, à liberdade, à justiça; que registrassem no presente e projetassem no futuro a memória criativa daqueles cuja memória é frequentemente esquecida, silenciada, apagada” (Chagas, 2010, p. 6).

No espaço privado, no interior da casa ainda como morada e não como museu, era onde João Pedro Teixeira recebia os companheiros de luta mais próximos, como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, para discutir e planejar as estratégias do movimento. Mas é do lado de fora, ao redor do seu alpendre (varanda) onde as mobilizações maiores aconteciam, onde discursos eram proferidos e onde circulavam as informações aos filiados do movimento. E é com essa aura - de insurgência, de luta e de valorização da dignidade social -, que a casa, agora museu, é retomada e ressignificada como lugar de memória do movimento das Ligas Camponesas na Paraíba e das lutas dos povos do campo na atualidade, no exercício de uma “imaginação museal” politicamente engajada.

Nesse contexto, é preciso ter em mente que todo e qualquer museu é uma ferramenta de empoderamento de sujeitos e grupos sociais específicos. Embora não se possa generalizar, historicamente as instituições museais foram utilizadas para refratar e refletir as memórias e identidades de grupos política e economicamente hegemônicos, perpetuando processos de colonialidade, as feridas coloniais e as estruturas que mantêm uma matriz de poder patriarcal, racista, heteronormativa e eurocentrada (Mignolo, 2007; Quijano, 2009). A quebra dessa lógica tem se protagonizado com as inúmeras experiências de “museologias indisciplinadas e insurgentes” (Chagas; Gouveia, 2014)

empreendidas por comunidades de periferias urbanas, quilombolas, povos indígenas, comunidades rurais e tantos outros grupos sociais subalternizados, por meio de estratégias, experimentações e mecanismos diversificados de apropriação da memória social e valorização de suas identidades coletivas. As casas museus de heróis populares, como demonstra Mário Chagas, também são representativas de uma imaginação museal poética e política que valoriza as referências culturais e as vozes dos indivíduos comuns e muitas vezes incômodos a uma elite burocrática hegemônica e às oligarquias poderosas.

Mesmo nessas experiências, entretanto, não podemos desconsiderar as disputas internas e os conflitos inerentes à conformação de memórias coletivas. No caso do MLLC, por tudo o que já expusemos, é premente uma certa disputa em torno da personificação da luta nas Ligas Camponesas na figura de João Pedro Teixeira ou na extensão à sua esposa Elizabeth Teixeira. É fato o poder simbólico de o Memorial ter se instalado na casa onde viveu a família Teixeira, reforçando a importância desses líderes camponeses, como também da própria casa, hoje musealizada, como um lugar de memória, tendo em vista ter sido palco de muitos encontros, reuniões, organizações e levantes de camponeses, e também de repressões e violências cometidas pela elite fundiária em pacto com setores reacionários do Estado.

Um dilema que a equipe atual do memorial vivencia é o desejo ou até mesmo a cobrança de determinados atores que contribuíram para a criação da instituição, principalmente de alguns membros do grupo dos “antigos”, como chama Alane Lima, camponesa e atual gestora do Memorial, para que o museu funcionasse como uma espécie de museu-casa mostrando os espaços, com móveis e cômodos definidos, exatamente como morava a família Teixeira.

No estudo de Nelson Alexis Cayer e Teresa Cristina Scheiner (2021) sobre a diferenciação entre casas históricas e museus-casa, esses pesquisadores alertam que um museu-casa não é simplesmente a junção de uma casa e do museu, mas que eles se justapõem “onde estão em jogo diferentes subjetividades, representações, narrativas e memórias, particularmente pelo poder de evocação da casa” (Cayer; Scheiner, 2021, p. 3). Isso se dá por conta da sua materialidade, mas também devido às relações e pontes com o presente, ou seja, às apropriações, reapropriações, significados e poéticas construídas entre os sujeitos e o bem material.

No decorrer das discussões, Cayer e Scheiner (2021) se reportam a conceituações e categorias de museus-casa criadas no âmbito do Comitê Internacional para Museus-Casa do Conselho Internacional de Museus – Icom, mas ressaltam que as categorizações devem responder às necessidades e realidades de cada país e território, de modo a contribuir na subversão das relações de poder e do domínio do campo da museologia baseados num olhar eurocêntrico. Não é o caso de aprofundarmos aqui essas conceituações, categorias e subcategorias criadas ao longo do tempo por esse comitê do Icom, mas alguns elementos podemos trazer para o debate à luz do contexto em que foi criado e reapropriado o MLLC. O museu-casa pode ser um “lugar performático” para se “heroicizar” um determinado personagem que ali viveu e que guarda uma relação com o lugar. Certamente essa foi uma das intenções quando o Memorial João Pedro Teixeira, precursor do MLLC, foi criado em outro espaço e esforços foram envidados pelos grupos dos “antigos” para que o poder público estadual desapropriasse a casa onde viveu a família Teixeira para lá ser reinstalado.

A personificação do Memorial à figura de João Pedro também ainda está presente no imaginário da comunidade. Durante as conversas com moradores das comunidades na pesquisa de campo, ouvi uma moradora sugerindo que o Memorial tivesse uma estátua de João Pedro, a exemplo da estátua de Augusto dos Anjos, que fica no Memorial desse escritor, também no município de Sapé.

Mas desde que o Memorial modificou seu nome, saindo de Memorial João Pedro Teixeira, para Memorial das Ligas Camponesas, e finalmente para Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, o que se busca é despersonificar uma luta que é coletiva, que tem suas raízes nas Ligas Camponesas, mas que se atualizam e se diversificam em novas demandas e novos atores. Desatrelar o memorial à figura de João Pedro, sem desconsiderar sua importância, visa dar espaço e visibilidade a outros camponeses e camponesas que também foram importantes na luta, que muitas vezes não são devidamente lembrados ou que caíram no esquecimento e no anonimato. Sobretudo, isso é premente quando pensamos nas mulheres camponesas, como Alane Lima nos chama atenção:

O papel de Alexina, esposa de Julião, é preciso a gente trazer. Outras mulheres que a gente nem sabe! É preciso fazer a memória delas. Isso é um crime muito grande contra nós mulheres... A gente nunca teve na história do memorial

tantas mulheres ativas na direção e na participação como a gente tá tendo hoje. E a gente com a consciência que tem hoje permitir que Senhora, permitir que Jane, D. Zefinha, D. Ana daqui de Barra de Antas sejam invisibilizadas... A maioria dos homens se forjam na história das mulheres, e quem vai aparecer são os homens... O memorial não pode ser reprodução disso, de forma alguma. Se a gente fizer isso, a gente está sendo incoerente com a história toda de Elizabeth Teixeira e incoerente com a história toda que foi das Ligas Camponesas, porque o maior período de concentração de pessoas associadas nas Ligas Camponesas foi quando Elizabeth era presidenta. A gente precisa dar essa visibilidade. A gente não pode fingir que não aconteceu. (Alane Lima, entrevista em 17/04/2023).

Portanto outras leituras e reapropriações da casa coexistem atualmente, ora tensionando, mas sobretudo impulsionando a relação das lutas nas Ligas Camponesas com as lutas atuais dos camponeses e camponesas da região. E de uma luta que não é somente dos homens, mas também das mulheres, como adverte Alane Lima. A importância da casa, inicialmente ancorada na morada de João Pedro Teixeira, heroicizado como líder da luta pela terra, expande-se pela representatividade de uma luta maior e coletiva. Por isso justifica-se a casa ter sido consagrada a patrimônio estadual do Estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UTOPIAS EMANCIPATÓRIAS E MEMÓRIA-LUTA NA ATUAÇÃO DO MLLC



Figura 5. Fachada lateral do MLLC, com destaque para rachaduras na parede. Foto do autor, 2025.

As rachaduras nas paredes do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas visíveis na imagem acima representam, de uma forma explícita, o agenciamento do tempo na materialidade das coisas. Em outra perspectiva, a sede do Memorial, com suas rachaduras expostas, simboliza a resistência da preservação da memória dos povos campesinos, apesar de todas as tentativas de seu apagamento, abafamento, manipulação ou até mesmo dizimação. Nas correlações de força assimétricas que mantêm os privilégios de uma elite agrária, são rachaduras que metaforicamente também simbolizam as fissuras possíveis, transfiguradas nas ousadias e lutas insurgentes de povos campesinos contra as matrizes de poder que transformam a terra em mercadoria e a mantêm presa nas mãos de poucos, em meio a uma lógica desenvolvimentista ocidental moderna, potencializada pela racionalidade neoliberal. Assim, as fissuras nas paredes do MLLC, entendidas como brechas cravadas nas matrizes de poder que mantêm essa lógica, deixam expostas, tomando emprestado as palavras de Frantz Fanon (1968), as “granadas incendiárias e as facas ensanguentadas” das violências sofridas pelos povos campesinos.

É importante também destacar que o principal objeto musealizado, no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, é a própria casa em si, cuja materialidade conseguiu resistir às tentativas de apagamento e de manipulação da memória do movimento das Ligas Camponesas. Lembremos que registros e carteiras de filiados, objetos, fotografias, filmagens e tantos outros documentos materiais foram destruídos pelas forças opressoras, num agenciamento deliberado para invisibilizar a memória do movimento ou construir e mesmo oficializar outras narrativas sobre sua história.

Uma fala recorrente nos discursos da líder camponesa Elizabeth Teixeira, amplamente reproduzido e muitas vezes tomado como lema nas ações dos agentes sociais à frente do MLLC, destaca o seguinte: “Enquanto houver fome e miséria na classe trabalhadora, haverá luta por reforma agrária”. Assemelha-se a uma das falas de Fanon, em *Os condenados da Terra* [Les damnés de la Terre], quando afirma que, depois dos processos de libertação nacional, o povo é “convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim” (Fanon, 1968, p. 73).

Nesse combate sem fim, a “utopia emancipatória” (Vèrges, 2023) pela reforma agrária pressupõe diferentes estratégias de luta, tendo o MLLC como uma ferramenta de politização da memória coletiva dos povos camponeses subalternizados. Nesse sentido, pudemos observar que as feridas constitutivas da questão agrária brasileira e especificamente das Ligas Camponesas são reconfiguradas como uma “memória-luta” nos processos de politização da memória por meio do Memorial, a partir dos agentes sociais que nele atuam e a partir da apropriação da casa e do território tradicional de Barra de Antas onde viveram os líderes camponeses João Pedro e Elizabeth Teixeira. Por meio de uma postura contra-hegemônica às estruturas de poder, esses agentes reivindicam o direito de acesso à terra e justiça social, respeitando os modos de ser e de estar de camponeses e camponesas na atualidade, com suas dinâmicas e transformações.

Isso se reflete na própria concepção do Memorial, surgido com a finalidade de reverenciar o líder camponês, mas que, mesmo com a transferência de sua sede para a casa onde viveu a família Teixeira, não pretende ser reconhecido como um museu-casa que reconstitui, unicamente, o cotidiano dos seus antigos moradores. O museu-casa, com sua aura que remete às insurgências dos camponeses e camponesas que lutaram nas Ligas Camponesas, também deve ser interligado às lutas e demandas dos povos do campo na atualidade, com toda a sua reconfiguração e novos contextos

O processo de musealização da memória coletiva dos grupos camponeses subalternizados no MLLC reveste-se, em suma e com toda a sua força, como uma estratégia na luta pela terra. Esse processo, resultado de um jogo social onde a conformação de memórias coletivas é politizada, conforma uma “memória-luta” antes corporificada nos agentes sociais que compõem grupos de camponeses subalternizados, mas insurgentes. O processo de musealização dessa “memória-luta” por meio do MLLC consiste no apoderamento da instituição museu como uma ferramenta de valorização de suas identidades e referências culturais, mas também como uma estratégia política contra as opressões e injustiças sociais por que passam as comunidades rurais no território onde vivem. Como destacaram Tereza Lersch e Cuauhtémoc Ocampo (2004), tais grupos se apropriam de uma instituição forjada e concebida para as elites político-econômicas para afirmar e legitimar seus próprios valores e identidades culturais. A “memória-luta”, portanto, fundamenta-se na politização das memórias, que engendra as lutas sociais de

grupos subalternizados e insurgentes, nas fissuras possíveis dentro das relações assimétricas de poder reverberadas pela racionalidade desenvolvimentista capitalista.

A memória não é redentora; a sua preservação, por si só, não é garantia de que atos que atentam contra os direitos humanos não sejam cometidos, mas faz parte da estratégia da luta por consciência histórica e na mobilização social dos indivíduos que se insurgem contra um sistema opressor cujas estruturas causaram e ainda perpetuam violências contra os grupos camponeses subalternizados. Em paralelo, ao propiciar reflexões que desnaturalizem as injustiças sociais e as matrizes fundantes que a constituem, o MLLC serve como ferramenta para que esses grupos sociais firmem sua crença numa utopia emancipatória e que outra estrutura é possível para além daquela pautada nas matrizes de poder da lógica desenvolvimentista capitalista.

Para os camponeses e camponesas, essa utopia consiste na liberdade não só do trabalhador rural, mas também da terra, como me ensinou o camponês Luizinho, antigo diretor do Memorial, durante o trabalho de campo:

Nós lutamos por vida, somos contra a morte! (...). O objetivo dessa luta, que era, por exemplo, a terra. A terra também ressurgiu. Porque a terra também foi resgatada da mão do patrão. Ela livrou-se. Na sua grande maioria, a terra dos assentamentos hoje livrou-se do desmatamento, ela se livrou da maioria do veneno, ela se livrou do fogo, do pé do boi, da cana de açúcar, ou seja, do contexto de monocultura. Ou seja, ela teve também a sua liberdade ou tá tendo a sua liberdade. (Luiz Damázio de Lima (Luizinho), conversa em 11/04/2023).

Assim, a reforma agrária não representa o desenvolvimento capitalista colonizante, mas o “envolvimento” das pessoas com a terra e com o seu território (Santos, 2023). São caminhos outros possíveis de serem seguidos, como percebeu Elizabeth Teixeira mesmo em meio a tantas adversidades, no momento crucial em que sua ferida foi extremamente aberta com o assassinato de seu esposo, na fala que escolhi para finalizar este artigo, que, intencionalmente, vai destacada em negrito:

“Havia dois caminhos, fugir ou dar prosseguimento à luta até a morte. Eu conhecia a escolha de João Pedro. Aquele dia foi como uma despedida. Foi a ferida que começou a abrir, para nunca mais fechar”. (Rocha, 2016, p. 92).

Em meio a essa ferida que não se fecha, escolhamos, portanto, o caminho da luta!

REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. *Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

AZEVEDO, Carlos Alberto. *Parecer de 18/03/2013*, constante do Processo Iphaep/PB nº 0435/2010. Iphaep: João Pessoa/PB.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAYER, Nelson A.; SCHENIER, Teresa C. *Casas históricas e museus-casa: conceitualização e desenvolvimento*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, nr. 2, Belém, p. 1-17, 2021.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

CHAGAS, Mário. *A poética das casas museus dos heróis populares*. Revista Mosaico, v. 2, n. 4, Rio de Janeiro: Escola de Ciências Sociais/FGV, p. 3-12, 2010.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. *Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)*. Cadernos do Ceom. Museologia Social, Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, p. 9-22, 2014.

COUTINHO, Eduardo. *Cabra marcado pra morrer*. Documentário, 1984.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOMES, Severina. *[Entrevista] 2023*. Entrevista concedida em 21/03/2023, na cidade de Sapé/PB.

LERSCH, Teresa Morales. OCAMP, Cuauhtémoc C. *O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?*. Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, outubro, 2004.

LIMA, Alane M. S. *[Entrevista] 2023*. Entrevista concedida em 17/04/2023, na cidade de Sapé/PB.

LIMA, Luiz Damázio de. *[Entrevista] 2023*. Entrevista concedida em 12/04/2023, na cidade de Sapé/PB.

LOPES, José S. L.; ALVIM, Rosilene. *A usina e a varanda: a teatralização da dominação patronal*. Revista de Ciências Sociais. V. 38, n. 2, Fortaleza: UFC, p. 88-104, 2007.

MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Parecer Técnico MPF nº 04/2017-SEAP/CRP5/ISF*. 2017.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969*. In STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-76.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, São Paulo, p. 7-28, 1993.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. (1977). In WELCH, Clifford A. (et al, org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 203-215.

PARAÍBA. Decreto nº 38.899, de 19 de dezembro de 2018.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina / CES, 2009, pp. 73-117.

ROCHA, Ayala A. *Elizabeth Teixeira: mulher da terra*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2016.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/ DEMU, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campina: Unicamp, 2001.

TOLENTINO, Átila B. *A ferida colonial, os museus e as lutas no campo: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

VAN HAN, Antônia M. (Ir. Tonny) et al (orgs.). *Memórias do povo. João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba. Deixemos o povo falar....* João Pessoa: Ideia, 2006.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu: Programa de desordem absoluta*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Átila Bezerra Tolentino: Graduado em Letras pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. É da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e Inovação do Serviço Público, com atuação no Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Pesquisador na Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia, Memória e Patrimônio (REDMus) da UFPB e membro do Grupo de Pesquisa Museologias Insurgentes en Nuestra América - MINA, da Universidade Lusófona.

Texto recebido em: 18/02/2025

Texto aprovado em: 17/05/2025